



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 74/XI/ 2.ª SL

Aos 29 dias do mês de Março de 2011, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I

1-Audição com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus após o Conselho Europeu de 24 e 25 de Março de 2011.

PARTE II

2 - Ponto de situação do contributo da AR para a Comissão SURE do PE;

3 - Resultados das duas reuniões, que o Parlamento Europeu organizou com os Parlamentos nacionais, em Bruxelas: no dia 14 de Março, reunião da Comissão CRIS (Crise Financeira, Económica e Social), dedicada ao tema "Investimento na economia real: instrumentos para o crescimento, a inovação e a coesão" e, no dia 15 de Março, reunião da Comissão ECON (Assuntos Económicos e Monetários), subordinada ao "Semestre europeu para a coordenação económica";

4 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias;

- Proposta de Directiva do PE e do Conselho relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros para efeitos de prevenção, detecção, investigação e repressão das infracções terroristas e da criminalidade grave [COM (2011) 32] com Relatório da 1ª Comissão;
- Relatório da Comissão sobre o Trabalho dos Comitês em 2009 [COM (2010) 354 e SEC (2010) 806];
- Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Sexto Relatório referente às estatísticas sobre o número de animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos nos Estados-membros da União Europeia [COM (2010) 511 e SEC (2010) 1107] com Relatório da 8ª Comissão;
- Relatório da Comissão sobre o vigésimo sétimo relatório anual sobre o controlo da aplicação do direito comunitário (2009) [COM (2010) 538 e SEC (2010) 1143 e 1144];

- Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, relativa a um projecto de roteiro para a criação do ambiente comum de partilha da informação de vigilância do domínio marítimo da UE [COM (2010) 584] com Relatório da 3ª Comissão;
- Relatório da Comissão ao Parlamento, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu - Relatório anual sobre a aplicação do instrumento de assistência de pré-adesão (IPA) em 2009 [COM (2010) 687]
- Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre as actividades do Conselho Europeu de Investigação e a realização dos objectivos estabelecidos no Programa Específico «Ideias» em 2009 [COM (2010) 458] com Relatório da 8ª Comissão;
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Regulamentação inteligente na União Europeia [COM (2010) 543];

5 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente às seguintes iniciativas europeias;

6 - Deliberação sobre os Relatórios elaborados pelas Comissões competentes e remetidos à CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, e que não foram objecto de Parecer da CAE;

7 - Apreciação e votação da acta n.º 71 de 15 de Março de 2011;

8 - Outros Assuntos.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião, dando as boas-vindas ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Secretário de Estados dos Assuntos Europeus, Dr. Pedro Lourtie, deu conta das conclusões do Conselho Europeu, referindo que o Conselho decidiu aquilo que ele já tinha referido aquando da reunião anterior e salientou os seguintes tópicos: no âmbito da implementação do Semestre Europeu, a aprovação das prioridades de consolidação orçamental e das reformas estruturais; relativamente à Estratégia "Europa 2020" foram concretizados os objectivos, que devem nortear as medidas previstas nos Planos Nacionais de Reformas; no que diz respeito ao reforço da governação económica, o Conselho Europeu "exortou" o Parlamento Europeu e o Conselho a prosseguirem os trabalhos com vista a aprovação do pacote legislativo em Junho de 2011; o já denominado Pacto para a Competitividade passou a

designar-se “Pacto para o Euro Mais”, visando conferir um novo carácter à coordenação das políticas económicas, o qual passa a estar aberto a todos os Estados-Membros, ainda que não pertençam à zona Euro; o restabelecimento do bom funcionamento do sector bancário; o reforço dos mecanismos de estabilidade na área do Euro. Na sequência deste último tópico, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus acrescentou que relativamente ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, a Finlândia solicitou o adiamento da deliberação com fundamento na situação política interna, pelo que a decisão foi adiada para Junho.

No âmbito das relações internacionais, o Conselho Europeu abordou a situação na Líbia e nos países vizinhos do Sul. Neste âmbito e em termos económicos, salientou o aumento do limite máximo das operações do BEI e o eventual alargamento das actividades do BERD aos países vizinhos do Sul. Do mesmo modo, referiu-se ao Regulamento que reforça as capacidades da Agência Frontex, no sentido de ser aprovada uma abordagem global para as migrações e os fluxos de refugiados. Finalmente uma última nota, dando conta que foi abordada a questão do Japão, bem como a questão da segurança nuclear.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) começou por elogiar o desempenho do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, bem como a sua disponibilidade para, de forma cordial, estar presente nas reuniões desta Comissão. De seguida, criticou as declarações da Chanceler Merkel no parlamento alemão sobre a situação política interna portuguesa e demonstrou sérias reticências a um certo “dirigismo” alemão, que parece nortear o Conselho.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) começou por cumprimentar o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e colocou cinco questões. Em primeiro lugar, questionou o Sr. Secretário de Estado sobre a execução orçamental até Junho de 2011. Em segundo lugar, solicitou esclarecimentos sobre se neste Conselho se tomaram as decisões políticas, enquanto que em Junho se tomarão as jurídicas. Em terceiro, pediu esclarecimentos sobre o Pacto Euro Mais, isto é, em que é que se traduzia, para lá da contracção dos salários e das políticas públicas de investimento. Em quarto, referiu-se à colisão manifesta entre as competências atribuídas ao ECOFIN e aquelas que este exerce, de facto, e, por outro lado, às competências que outras instituições europeias têm de acordo com os Tratados, mas que não exercem. Por último, referiu-se ao Frontex e solicitou explicações sobre o sentido das alterações e o que se pretende com a revisão.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por se dirigir ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, referindo que em relação à metodologia

adoptada para responder à crise económica, podiam acordar em discordar. Relativamente as estas conclusões, o Sr. Deputado solicitou esclarecimentos sobre se o Governo tenciona apresentar o PEC e o PNR em Abril, atendendo à situação actual do país? Questionou ainda se o Pacto Euro Mais será inserido no PEC e no PNR? Aproveitando para referir que, mais uma vez, o Governo nada disse à Assembleia da República sobre estes temas e também não os discutiu seriamente. De seguida, questionou a intenção de tornar "mundial" o imposto sobre transacções financeiras, referindo que dificilmente uma medida com essa abrangência poderá ser decidida ao nível europeu. Pediu esclarecimentos relativamente ao texto das conclusões sobre os testes de stress aos bancos, no qual se faz referência "nomeadamente, no que se refere aos títulos da dívida soberana" – o que é que se pretende exactamente dizer? Finalmente, perguntou ao Sr. Secretário de Estado se o Estado português tivesse de recorrer ao FEEP antes da reforma (que estará previsivelmente concluída em Junho), será no mesmo formato que a Grécia e a Irlanda ou as actuais discussões já permitem alguma alteração efectiva?

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) solicitou a palavra para deixar uma palavra de apreço, em nome do PS, pela disponibilidade que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus sempre demonstrou para vir reunir com a Comissão de Assuntos Europeus, mas também uma palavra de reconhecimento pelo empenho e a coragem com que defendeu o interesse nacional na Europa.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus começou por recomendar a leitura da "carta a Portugal", que consta do Editorial do jornal "The Independent" irlandês de ontem sobre a ajuda externa. De seguida respondeu às diversas questões formuladas e comentou algumas das afirmações proferidas, tendo aproveitado para regressar aos temas Líbia e Frontex. Afirmou ainda que Abril será um mês decisivo em relação ao Semestre Europeu e que Portugal se encontra sobre uma pressão muito grande dos mercados.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) começou a sua intervenção por aludir à revisão simplificada do Tratado de Lisboa, reforçando a ideia de que os Parlamentos nacionais foram colocados à margem do processo por todos os intervenientes, designadamente pelo Parlamento Europeu, com o fraco argumento de que têm intervenção ao nível do processo de ratificação. De seguida, reiterou a crítica efectuada em outras reuniões ao Conselho Europeu, que, no seu entender, extravasa em muito as suas competências, pois não sendo um órgão com competência legislativa, determina os parâmetros, conteúdos e prazos das iniciativas legislativas da União, em especial, no que diz respeito às medidas relacionadas com a resposta da EU à crise económica. A este propósito, classificou

ainda a actual postura do Conselho, como uma tentativa de presidencialização da EU. Por último, manifestou-se esperançado que, no futuro, outros líderes europeus possam personificar outros caminhos para a Europa, mais democráticos e mais em linha com o espírito do Tratado de Lisboa.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) tomou a palavra para referir que, independentemente, de muitas vezes ter discordado do Sr. Secretário de Estado, ao longo destas audições, cumpre registar a disponibilidade deste membro do Governo para se deslocar à Assembleia da República para debater as questões europeias, bem como a forma leal e cordial com que sempre o fez. Aproveitou ainda para desejar sinceramente que os próximos actores políticos internos tenham um sentido de responsabilidade muito maior e que possam esquecer-se sentimentos corporativos. Finalmente, manifestou também esperança que Portugal possa alterar a ideia de que o próximo dia é pior que o anterior e dinamizar uma cultura de confiança no futuro.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) solicitou a palavra para agradecer, em nome do BE, a disponibilidade e a forma com que o Sr. Secretário de Estado sempre se apresentou nas reuniões da Comissão de Assuntos Europeus.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus começou por demonstrar alguma concordância com o Sr. Deputado Alberto Costa (PS) na forma como a EU tem evoluído, tendo mesmo confidenciado que às vezes também ele se sente desiludido. Contudo, refutou a ideia de que tudo seja mau, pelo contrário, os últimos anos assistiram a momentos evolutivos muito importantes e o papel do Presidente do Conselho foi, em alguns momentos, muito positivo. No que diz respeito à "conselho-europeização" concordou que é preocupante e reconheceu que, actualmente, o Conselho intervém em áreas que não eram da sua competência e que invade a função legislativa, que não detém. No entanto, estes factos não podem fazer esquecer que a EU avançou muito no último ano e os avanços maiores resultaram da resposta a crises e deu exemplos históricos nesse sentido. Assim, concluiu, que se espera que também esta crise possa ter o aspecto positivo de promover um aprofundamento da integração europeia. No que diz respeito à revisão simplificada do Tratado de Lisboa, reiterou a sua discordância face ao ponto de vista do Sr. Deputado Alberto Costa (PS). Finalmente, antes de concluir, agradeceu as palavras simpáticas que lhe foram dirigidas pelos Membros desta Comissão e realçou a forma transparente, respeitosa e decente como todos intervieram nos debates, agradecendo a todos esse facto.

O Sr. Presidente da Comissão, antes de dar por concluída a audição, agradeceu esta última presença do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, agradecendo todas as suas presenças e a sua disponibilidade constante, mas também expressando os seus desejos de sucessos profissionais e pessoais em quaisquer que sejam as novas funções, o que pode passar, eventualmente, pelo regresso à carreira diplomática.

Na segunda parte da reunião, o Sr. Presidente da Comissão deu conta do ponto de situação da elaboração do contributo da Assembleia da República para a Comissão SURE do Parlamento europeu, referindo que a Comissão de Orçamento e Finanças solicitou sucessivos adiamentos e que até dia 1 de Abril deveriam remeter contributos. Contudo, atendendo à actual situação, admitiu que dificilmente a Comissão conseguirá elaborar e remeter um contributo, mas na próxima semana deliberamos sobre o assunto.

Relativamente ao terceiro ponto da Ordem do Dia, o Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) apresentou os Relatórios relativos às duas reuniões, que o Parlamento Europeu organizou com os Parlamentos nacionais, em Bruxelas: no dia 14 de Março, reunião da Comissão CRIS (Crise Financeira, Económica e Social), dedicada ao tema "Investimento na economia real: instrumentos para o crescimento, a inovação e a coesão" e, no dia 15 de Março, reunião da Comissão ECON (Assuntos Económicos e Monetários), subordinada ao "Semestre europeu para a coordenação económica". Após a apresentação sucinta do conteúdo das duas reuniões, o Sr. Deputado referiu a forma exemplar como o Dr. Bruno Pinheiro, representante da Assembleia da República junto da UE, assessorou e acompanhou ambos os Deputados, ele próprio e a Sra. Deputada Hortense Martins (PS) da 6.ª Comissão.

No ponto quatro da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão referiu a solicitação da Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) no sentido de adiar para a próxima reunião a apresentação do Parecer sobre a Proposta de Directiva do PE e do Conselho relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros para efeitos de prevenção, detecção, investigação e repressão das infracções terroristas e da criminalidade grave [COM (2011) 32] com Relatório da 1ª Comissão.

De seguida, a Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) apresentou sucintamente o Parecer relativo ao Relatório da Comissão sobre o Trabalho dos Comitês em 2009 [COM (2010) 354 e SEC (2010) 806], terminando solicitando a dispensa de apresentar os restantes pareceres a não ser que a Comissão entendesse de outra forma.

Não se registando nenhuma oposição a este pedido, o Sr. Presidente submeteu à apreciação da Comissão, o Parecer relativo ao Relatório da Comissão sobre o Trabalho dos Comitês em 2009, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

De seguida foi submetido a apreciação o Parecer da Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) sobre o Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Sexto Relatório referente às estatísticas sobre o número de animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos nos Estados-membros da União Europeia [COM (2010) 511 e SEC (2010) 1107] com Nota da 8ª Comissão, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

O Parecer elaborado pela mesma Sra. Deputada sobre o Relatório da Comissão sobre o vigésimo sétimo relatório anual sobre o controlo da aplicação do direito comunitário (2009) [COM (2010) 538 e SEC (2010) 1143 e 1144] foi igualmente apreciado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

Relativamente, ao Parecer sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, relativa a um projecto de roteiro para a criação do ambiente comum de partilha da informação de vigilância do domínio marítimo da UE [COM (2010) 584] com Relatório da 3ª Comissão, também da autoria da Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD), foi o mesmo apreciado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

No que diz respeito ao Parecer sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu - Relatório anual sobre a aplicação do instrumento de assistência de pré-adesão (IPA) em 2009 [COM (2010) 687], elaborado pela Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD), foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

De seguida, o Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) apresentou sucintamente os seus dois Pareceres relativos ao Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre as actividades do Conselho Europeu de Investigação e a realização dos objectivos estabelecidos no Programa Específico «Ideias» em 2009 [COM (2010) 458] com Relatório da 8ª Comissão e à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Regulamentação inteligente na União Europeia [COM (2010) 543]. Ambos os pareceres foram então submetidos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

No ponto quinto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente anunciou a distribuição da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: "Reforçar a capacidade de resposta europeia em situações de catástrofe: papel da protecção civil e da ajuda humanitária" [COM(2010)600] ao PSD para elaboração de Parecer, o qual referiu que indicaria posteriormente o Sr. Deputado autor do Parecer.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão informou que atendendo à eventual dissolução da Assembleia da República nos próximos dias era importante deliberar sobre os Relatórios elaborados pelas Comissões competentes e remetidos à CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, e que não foram objecto de Parecer da CAE. Contudo, atendendo que a Comissão de Assuntos Europeus ainda irá reunir mais uma vez, solicitou a todos os Srs. Deputados com pareceres para elaborarem, que os apresentassem na próxima reunião. Referiu, a este propósito, que se encontravam ainda pendentes, por Grupo Parlamentar: PS - 20 iniciativas europeias com Relatórios; PSD - 15; CDS-PP - 6; BE - 3; PCP - 3; às quais acrescem cinco iniciativas europeias da competência da CAE e que se encontram distribuídas da seguintes forma: PS - 3; PSD - 2.

Finalmente, aqueles Pareceres que não pudessem ser elaborados, então tomar-se-ia uma decisão sobre os Relatórios remetidos pelas Comissões parlamentares permanentes, o que poderia passar pelo envio às instituições europeias sem parecer da CAE, prática que valorizaria o trabalho desenvolvido pelas Comissões permanentes, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias.

No ponto sete da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu a apreciação a acta n.º 71 de 15 de Março de 2011, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP:

A reunião foi encerrada às 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 de Abril de 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Couto
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ribeiro
Luís Pedro Pimentel
Luís Rodrigues
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Vânia Jesus
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
José Ferreira Gomes
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Pisco